

(N)AS DOBRADURAS DO DIZER E (N)O NÃO-UM DO SENTIDO E DO SUJEITO: UM EFEITO DA PRESENÇA DO INTERDISCURSO NO INTRADISCURSO

Carmen AGUSTINI
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
(agustini@ileel.ufu.br)

O homem sentiu sempre – e os poetas freqüentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que desapareceu.

Émile Benveniste

Resumo: No presente trabalho, examinamos o conceito de *interdiscurso* e, assim procedendo, procuramos apontar uma relação possível deste conceito com o conceito de memória discursiva, a fim de fazer trabalhar essa relação em nossa análise de um mecanismo de sutura discursiva do não-um do sentido e do sujeito, por nós denominado *dobradura do dizer*. Para tanto, filiamo-nos à perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa fundada por Michel Pêcheux e colaboradores na década de 60.

Palavras-chaves: Dobraduras, interdiscurso, sujeito e sentido.

1. Palavras iniciais

O presente trabalho está dividido em uma parte teórica, compreendendo os tópicos de 1 e 2, e uma parte teórico-analítica, posta nos tópicos 3 e 4. Em ambas o nosso objetivo é propor elementos para pensar o conceito de *interdiscurso* em relação ao conceito de *memória discursiva* no interior do quadro teórico-epistemológico da Análise de Discurso de linha francesa. Embora bastante debatidos na Análise de Discurso, pode acontecer de esses dois conceitos serem, em um gesto de leitura, tomados como sinônimos, ou seja, pode acontecer de aparecerem superpostos em trabalhos na área. Ou ainda, uma leitura nessa perspectiva é possível. Orlandi (1999, p.46), por exemplo, nos diz que:

A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). (Orlandi, 1999, p.46)

Esse recorte autoriza, no âmbito do trabalho de Orlandi, uma leitura em que não se marca lingüisticamente uma (in)distinção entre os conceitos de interdiscurso e memória discursiva. A idéia, portanto, é refletir – no campo disciplinar da AD – sobre o conceito de *interdiscurso* e buscar explicitar-compreender a relação do conceito de interdiscurso com o conceito de *memória discursiva*. Para tanto, pretendemos, a partir do

trabalho de Pêcheux, refletir sobre o conceito de *interdiscurso* e suas diferentes formas de aparecimento no interior da Análise de Discurso, a fim de fazer trabalhar a sua pertinência teórica em relação às dobraduras do dizer.

Em relação à etapa teórico-analítica, o foco se prenderá a um caso emblemático em que, o sujeito do dizer, em um gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição, produz uma dobradura, abrindo para sentidos outros que o afetam. Essa abertura dá visibilidade aos efeitos produzidos pela presença do interdiscurso no intradiscurso, afetando-o constitutivamente e pontuando aí que o sujeito¹ resiste ao não-um dos sentidos que o afeta e o constitui, abrindo para deslocamentos, rupturas, desvios, transgressões, etc. Em suma, no uno há a presença de outro(s) sentido(s), o que significa dizer que a unicidade do dizer, assim como a unicidade do sujeito do dizer, é da ordem do imaginário e, portanto, um efeito.

2. Interdiscurso, formação discursiva, memória, acontecimento.

Em "Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio", livro de Pêcheux, publicado em 1975, na França, encontramos uma primeira definição lingüísticamente explícita do conceito de *interdiscurso*. Esse conceito aparece relacionado ao conceito de *formação discursiva*², já que é definido como sendo "o todo complexo com dominante das formações discursivas" (Pêcheux, 1995, p.162). Sendo assim, se uma formação discursiva é definida como "aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito" ou como "o lugar da constituição do sentido (sua "matriz", por assim dizer)" (Pêcheux, 1995, p.160-162), somos levados a compreender o interdiscurso como "memória discursiva", mas não de modo a superpor os conceitos. Ou seja, o conceito de memória discursiva não substitui o de interdiscurso. A história não se dá bem assim.

O interdiscurso é uma categoria teórica da ordem do irrepresentável e do ininterpretável discursivamente, como diria Orlandi (1996) e que, para se tornar representável e interpretável, é necessário se fazer discursividade, o que significa dizer que é necessário reunir-se em estrutura e acontecimento³, constituindo-se em forma material. Orlandi (1999, p.19) diz que "a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história". Dessa forma, ao se fazer discursividade, o interdiscurso é recortado em unidades significantes, constituindo-se em memória discursiva. Portanto, a memória discursiva é constituída por aqueles sentidos possíveis de se tornarem presentes no acontecimento da linguagem.

Nessa perspectiva, compreendemos que dizer "se tornar discursividade" significa tornar-se discreto e fazer sentido. Para fazer sentido é necessário que outros sentidos (possíveis) permaneçam não-ditos e, assim, se apaguem para o sujeito. Esse processo de discretização se dá na e pela enunciação, no acontecimento do dizer que (re)atualiza as relações entre o lingüístico e a história, nas redes de memória face ao não-dito. É assim que o interdiscurso se faz memória discursiva e produz uma "mexida" nas redes de memória, instaurando o efeito de diferente, de outro dizer.

¹ Estamos compreendendo *sujeito* no sentido de "indivíduo interpelado pela ideologia".

² Pêcheux (1990) denomina a essa etapa do desenvolvimento do projeto da Análise de Discurso de AD-2. Trata-se de um momento em que o conceito de formação discursiva, emprestado de Michel Foucault (1969) é trabalhado na Análise de Discurso, de tal modo que a "maquinaria discursiva" da AD-1 "explode".

³ Menção ao posicionamento de Pêcheux (1990) no livro "Discurso: estrutura ou acontecimento".

Somos, nessa perspectiva, levados a concluir que não seria possível falar em interdiscurso de uma discursividade específica sem produzir deslocamentos teóricos ou sem pensar que do Interdiscurso teríamos interdiscursos, assim como Pêcheux (1995) trabalha os conceitos de Ideologia em geral e ideologias (existentes constitutivamente) nas práticas sociais e linguageiras. Nossa proposta, por sua vez, é tratar os efeitos da presença do interdiscurso, enquanto memória discursiva. No entanto, vale ressaltar que o próprio Pêcheux, em "Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio", se valeu do conceito de interdiscurso nesses dois sentidos, como é possível observarmos no recorte abaixo:

(...) Retomaremos, aqui, a distinção dominação/determinação para colocar que a formação discursiva que veicula a forma-sujeito é a formação discursiva *dominante* e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante*⁴. (Pêcheux, 1995, p.164)

Por outro lado, com certo abandono da noção de Formação Discursiva na AD-3⁵, a definição de interdiscurso, muitas vezes, aparece relacionada ao conceito de memória discursiva, funcionando como sinônimos ou como conseqüência de deslocamentos teóricos postos em movimento pelo desenvolvimento do próprio campo disciplinar. A nosso ver, a segunda tese é mais adequada aos nossos propósitos, já que nos propomos, com esse trabalho, a marcar uma diferença, uma distinção entre esses conceitos e apontar uma leitura possível que a torne pertinente ao desenvolvimento da escola brasileira de Análise de Discurso. Para tanto, é fundamental trazermos para essa reflexão as considerações de Pêcheux (1999), em seu texto O papel da memória, sobre o conceito de memória discursiva. Pêcheux (1999) define memória discursiva e esclarece, de início, que o centro de suas preocupações em torno da questão da memória não se refere a aspectos psico-fisiológicos, mas refere-se à memória social e coletiva de sentidos possíveis. Para melhor explicar a questão, citamos Pêcheux (1999) textualmente:

(...) a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (Pêcheux, 1999, p.52)

Podemos, portanto, compreender essa memória discursiva como o efeito da presença do interdiscurso (eixo da verticalidade) no acontecimento (eixo da horizontalidade) do dizer. Nesse sentido, o mecanismo lingüístico de sutura discursiva que vou trabalhar aqui é um lugar de observação da presença do interdiscurso no intradiscurso, enquanto parte constitutiva dos efeitos de sentido aí produzidos.

Esse movimento teórico nos permite pensar em memória discursiva, relacionando-a ao conceito de interdiscurso. Vejamos, então, como essa relação possível faz trabalhar teórica e analiticamente as dobraduras do dizer.

3. Memória, subjetivação, resistência e duplicação do outro constitutivo.

Pêcheux define, como visto acima, a memória discursiva como sendo aquilo que, frente a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos"

⁴ Os grifos são do autor.

⁵ Remetemos aqui a divisão proposta pelo próprio Pêcheux (1993) em A Análise de Discurso: três épocas.

que sua leitura requer para torná-lo legível. Em decorrência, podemos compreender o texto como lugar de encontro entre a memória, sedimentação de discursos, e as condições de produção de uma forma historicamente válida de ser sujeito de dizer. No processo de configuração (e legitimação) de uma forma de ser sujeito de dizer, há recorrências discursivas e, também, há necessariamente a resistência a ela. Portanto, se o sujeito resiste é porque algo do exterior lhe afeta de modo constitutivo, o que significa dizer que há aí um trabalho sobre sentidos já-dados, já-sedimentados, produzindo uma necessidade discursiva, referente à textualização do político⁶, de se voltar sobre essa memória, (des)dobrando-a em uma enunciação outra. Esse movimento constitutivo de (re)produção parece negar a existência de processos de subjetivação. Nesse sentido, questionamos, se o gesto de tomar a palavra no contínuo linear do espaço-tempo da memória é determinado por mecanismos de controle referentes à constituição de uma forma de ser sujeito de dizer, como conceber a subjetividade? Parece-nos que um lugar de subjetivação reside em uma resistência constitutiva à forma de ser sujeito de dizer, já que o sujeito é sempre-já inacabado. Sendo assim, a relação entre o dizer e o sujeito do dizer não é apenas de reforço (dobra) da memória, mas também de resistência a ela e, em decorrência, de deslocamentos de sentidos. Isto explica, em certo sentido, o movimento observado ao longo dos tempos nas formas de ser sujeito de dizer e nas formas da relação do homem com o dizer.

Para corroborar o que estamos dizendo, recorremos a Deleuze (1988), que no texto "As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação)", aborda a questão da subjetivação e faz algumas considerações que, a nosso ver, enriquecem nossa reflexão, uma vez que a temática do duplo também será foco de nossos interesses aqui. O duplo, descrito em Deleuze (1988), deve ser compreendido como uma interiorização do lado de fora, uma (re)duplicação do outro. Nessa perspectiva, a subjetivação seria resultante da própria exterioridade, uma dobra do lado de fora constituindo o lado de dentro – a subjetividade – do sujeito. A luta pela subjetividade passa, portanto, por uma resistência às duas formas de sujeição que afetam o indivíduo na constituição do modo ser sujeito em suas práticas languageiras:

- 1) a sujeição à individuação de acordo com as exigências do poder;
- 2) a sujeição à identificação com os outros.

Essa luta pela subjetividade se dá nessa contradição constitutiva e se apresenta como direito à diferença e direito à variância. Nesse sentido, a subjetividade não é um processo individual ou coletivo; é um processo em que as múltiplas práticas languageiras movimentam a constituição de formas historicamente válidas de ser sujeito de dizer. Dessa forma, "resistir" e "subjetivar-se" apontam para um modo de produção do sujeito de dizer. A sujeição é inalienável; porque, enquanto sujeitos de dizer, somos historicamente constituídos; mas "resistir" é parte constitutiva do mesmo processo⁷; é a resistência que garante o movimento na configuração dos diferentes modos de ser sujeito de dizer das práticas languageiras.

Deleuze (1988) afirma que essa dobra, que configura a interioridade – o lado de dentro, é uma memória do lado de fora. Não essa memória curta que se inscreve nos estratos e nos arquivos (aquilo que "achamos" que sabemos e que lembramos), mas a "absoluta memória". Nesse sentido, o tempo é uma estrutura essencial da subjetividade.

⁶ Compreendemos aqui "textualização do político" no sentido em que lhe dá Courtine (1981), Orlandi (1999).

⁷ O sujeito resiste porque é afetado constitutivamente por outro(s) sentido(s).

Sobre essa questão, Deleuze nos diz que:

O tempo, como subjetivação, chama-se memória. Não esta curta memória que vem depois e se opõe ao esquecimento, mas a "absoluta memória" que duplica o presente, que reduplica o lado de fora e que não se distingue do esquecimento, porque ela é ela própria e é sempre esquecida para se refazer: sua dobra confunde-se com o desdobramento, porque este permanece presente naquela como aquilo que é dobrado. Só o esquecimento encontra aquilo que está dobrado na memória (na própria dobra). (Deleuze, 1988, p.115)

Esse autor também nos fala do espaço. O espaço é visto como a forma de ser afetado pelo exterior. É nesse sentido de elemento constituinte da subjetividade que compreendemos o espaço-tempo da memória como o embate (sempre contraditório) entre a identificação com os outros e a individuação (im)posta pelo poder.

4. As dobraduras do dizer, o não-um do sentido e do sujeito, interdiscurso.

Para teorizar sobre as dobraduras do dizer, é necessário falar sobre o processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito de dizer. A interpelação do indivíduo em sujeito se realiza por meio da inscrição-identificação do sujeito com diferentes formações discursivas que o constituem e o determinam, havendo a re-inscrição dos traços históricos e ideológicos que o determinam como sujeito em seu próprio dizer. A interpelação ideológica não é fixa ou completa. Ao contrário, sua mobilidade e sua incompletude viabilizam o equívoco, o deslize na interpelação. O sujeito (unidade imaginária) é movimentado por lugares sociais e, por conseguinte, por diferentes regionalizações de sentidos, o que lhe permite a assunção à diferentes posições-sujeito.

Há nos processos de inscrição-identificação do sujeito uma pluralidade contraditória de filiações históricas que movimenta a relação entre o interdiscurso e a manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos e que expõe todo e qualquer dizer ao equívoco da língua, deixando-o suscetível a se tornar outro. É a mobilidade e a incompletude do processo de interpelação ideológica do sujeito que permitem a coexistência desta pluralidade contraditória de filiações históricas e ideológicas.

Com relação às dobraduras do dizer, podemos dizer que são lugares no fio de discurso que mostram o movimento do sujeito na constituição enunciativa dos sentidos. Enquanto um mecanismo de sutura discursiva, as dobraduras do dizer administram o não-um do sentido que o sujeito, no gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição, encontra em "seu" próprio dizer. Ou seja, esse não-um do sentido afeta o sujeito e o inquieta, porque faz parte dos sentidos negados, não-aceitos, com os quais não se identifica, mas que resistem em seu dizer.

O sujeito do dizer não reconhece sua determinação ideológica, visto que essa se realiza sob a forma da *autonomia*, produzindo a ilusão de subjetividade. Essa ilusão é um processo constitutivo da produção discursiva do sujeito. Sendo assim, podemos dizer que as dobraduras do dizer, enquanto paráfrases do próprio efeito da presença do interdiscurso que são, constituem um observatório do não-um do sentido. O sujeito prende-se aos mecanismos discursivos que corroboram a ilusão de subjetividade. As dobraduras do dizer participam, de forma fundamental, da construção de tal ilusão. Com efeito, descortinam um efeito da determinação do interdiscurso sobre o intradiscurso

enquanto resultado de um movimento do sujeito por diferentes regionalizações de sentido. Para melhor compreender essa afirmação, façamos uma analogia com a Faixa de Möbius⁸. A Faixa de Möbius é uma superfície bidimensional não-orientável com bordo; por conseguinte, tomando-se a faixa como análoga ao discurso, podemos dizer que a dobradura é constitutiva do discurso enquanto efeito de sentido. Em outros termos, as propriedades topológicas da Faixa de Möbius nos permite dizer que, além de mostrarem uma não-coincidência de sentido, as dobraduras são paráfrases de um discurso-transverso do interdiscurso, uma vez que o intradiscurso se constitui de recortes do próprio interdiscurso, só que sob a forma de fio do discurso.

As dobraduras administram o efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso, produzindo a ilusão subjetiva de que o sujeito controla estratégica e intencionalmente o que diz⁹. Trata-se de um mecanismo de sutura que "acomoda" o interdiscurso no intradiscurso por meio de uma dobra parafrástica denegativa de um dizer exterior que resiste ao processo de linearização do dizer. Com efeito, as dobraduras são indicadores de um processo ininterrupto. Há uma pluralidade de sentidos perpassando o dizer simultaneamente que podem ou não ecoar pelo intradiscurso. Quando ocorre tal ressonância, uma necessidade discursiva, referente à textualização do político, faz emergir uma dobradura no dizer.

A emergência da dobradura no tecido discursivo mostra que o não-um do sentido afeta, constitutivamente, o sujeito do dizer, enquanto unidade imaginária. Ou seja, essa ressonância do não-um do sentido afeta o sujeito no gesto de interpretação erigido como tomada de posição e reconhecido como efeito de identificações assumidas. Daí dizermos que as dobraduras produzem um efeito de visibilidade da presença do interdiscurso no intradiscurso. Vejamos um recorte, para melhor compreender o funcionamento da dobradura:

(1) O fato mesmo de o Nordeste ficar atrasado, acumular atraso dentro do Brasil fez com que muitas das pessoas mais capazes, mas empreendedoras, empresários de vários campos tenham emigrado do Nordeste. Isso já é um aspecto do problema. Outro aspecto é uma economia que se encontra numa armadilha da pobreza. **Não digo do subdesenvolvimento**¹⁰. Mas, no Nordeste 84% da população rural está num estado de pobreza absoluta e, nessa situação, a população está privada de toda possibilidade de auto-investimento¹¹.

⁸ Os psicanalistas, notadamente Lacan, costumam recorrer à Faixa de August Ferdinand Möbius (matemático – geômetra e topólogo – alemão) para representar a complexidade da relação dentro/fora da constituição da subjetividade. A partir de uma analogia entre a Faixa e o discurso, podemos pensar a interdependência da relação interior/exterior que existe entre o sujeito e a língua. Os processos discursivos mobilizam a constituição da subjetividade no dizer. A dispersão do sujeito é constitutiva, mas a ilusão de subjetividade é necessária para que haja sujeito e sentido e, por conseguinte, para que haja a ilusão da unidade do discurso. O discurso apresenta, assim como a faixa, duas dimensões (a dimensão da constituição e a dimensão da formulação), é não-orientável, posto que o sujeito não tem acesso aos processos que o constituem enquanto sujeito. O bordo denota a autonomia relativa da língua. Dessa forma, no processo de constituição do dizer a passagem do interior-exterior e vice-versa não é perceptível, porque na faixa não há interior. O interior, portanto, resulta de uma dobra do exterior sobre si.

⁹ Esse controle é um efeito que decorre de um olhar local sobre o dizer.

¹⁰ Essa dobradura emerge, já que o não-um do sentido afeta o sujeito, fazendo-o *antecipar* uma interpretação outra, diferente da interpretação produzida por identificação-inscrição do sujeito na formação discursiva que o domina. Nesse recorte, pobreza não se superpõe, para o sujeito, a subdesenvolvimento. A pobreza parece uma situação mais crítica que o subdesenvolvimento.

¹¹ Recorte da entrevista concedida por Celso Furtado ao Programa Radiofônico *Certas Palavras* em 1989, cujo tema era seu livro "A fantasia desfeita". A emergência da dobra "Não digo do subdesenvolvimento" mostra que o sujeito foi afetado por sentidos (implícitos), constituintes da memória discursiva, que abrem para uma interpretação possível em que a "armadilha da pobreza" pode equivaler a "subdesenvolvimento"; a denegação dessa equivalência assevera que "a pobreza" é uma situação crítica em relação à situação de subdesenvolvimento.

As dobras ocorrem, portanto, na injunção a significar como um mecanismo de sutura e de controle dos sentidos, para que eles sejam x e não y, para que tenham uma direção que constitua uma posição do sujeito. As dobras trabalham a política do silêncio na textualização do político como forma de fazer dizer uma coisa para não se deixar dizerem outras. Em outros termos, as dobras ocorrem quando outro(s) sentido(s) pertinente(s) a uma formação discursiva contrária perpassa o limiar intradiscursivo, provocando uma ressonância interdiscursiva de significação que o sujeito, no gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição, denega por meio de uma dobradura "do interdiscurso como real (exterior)" (Pêcheux, 1975, p.163).

Com base no exposto, somos levados a concluir que, constitutivamente, as dobraduras textualizam o político na construção enunciativa dos sentidos e do sujeito, disciplinarizando a polissemia do dizer. Isso colabora para a construção imaginária da unidade do sujeito e do discurso, deixando, no imaginário, seu vestígio sob a forma de comentários, ressalvas, explicações laterais e atenuações. Esses vestígios, por sua vez, colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade. Ilusão essa que fornece ao sujeito sua identidade, administrando o não-um do sentido e do sujeito.

Por outro lado, as dobraduras contrapõem-se ao caráter unívoco dos mecanismos positivistas de redução contextual da polissemia. A polissemia é a multiplicidade de sentidos. Ela se refere às infinitas direções possíveis para o dizer. Por conseguinte, o dizer é polissêmico por natureza. Se não há o trabalho de administrar o não-um do sentido, é porque este não está afetando o sujeito neste ponto do processo de sua constituição, mas o não-um do sentido existe e, por vezes, não é anulado em certos pontos do dizer, em que a contradição constitutiva do sentido e do sujeito se põe.

5. Arrematando pontos abordados.

O objetivo de nossa reflexão foi mostrar que há uma relação possível entre o conceito de *interdiscurso* e o conceito de *memória discursiva* no quadro teórico-epistemológico da Análise de Discurso de linha francesa. Nessa perspectiva, sentidos outros que se põem no fio do discurso compõem a memória discursiva e explicitam um efeito da presença do interdiscurso. Dada a presença do interdiscurso, enquanto um *discurso transversal*, o sujeito do dizer antecipa outra interpretação para aquilo que diz, mas que não (re)conhece como "seu". Ou seja, há aí um processo de (contra)identificação do sujeito com os sentidos que participam da construção enunciativa do dizer. A contra-identificação produz uma necessidade discursiva, referente à textualização do político, de que o sujeito suture o dizer, levando-o a produzir uma dobradura: uma paráfrase denegativa de um efeito da presença do interdiscurso naquilo que diz e, dessa forma, um sentido que afeta o sujeito, mas que ele não o (re)conhece, acaba por ser (re)afirmado na e pela sutura discursiva que o nega.

6. Bibliografia.

ACHARD, Pierre et. al. *O papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, Pontes, 1999.

AGUSTINI, Carmen. *Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos*

- sentidos* (Dissertação de Mestrado). Campinas, Unicamp, 1999.
- _____. Lugar de enunciação: controle do dizer e resistência. In: FALCÃO, L.F. & SOUZA, P.(orgs.) *Anais do Seminário Internacional Michel Foucault: perspectives*. Florianópolis, SC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*. no.62, Juin. Paris, Larousse, 1981.
- DELEUZE, Gilles. As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação). In: DELEUZE, G.(org.) *Foucault vivo*. Trad. Bras., São Paulo, Brasiliense, 1988, p.101-130.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez; Campinas, Edunicamp, 1996.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso: as três épocas(1983). In: GADET, F. & HAK, T.(orgs.) *Para uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, Edunicamp, 1993.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, Edunicamp, 1995.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 1990.